

Aprovada na reunião de 25.10.2017
(aprovada por unanimidade pelos membros
presentes)

Ata nº 1

Ao vigésimo quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e dezassete, pelas onze horas, nas instalações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, (INSA), sito na Avenida Padre Cruz, em Lisboa, reuniu o Conselho Nacional de Saúde (CNS), criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto na Base VII da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Posse dos membros do Conselho Nacional de Saúde.
2. Informações.
3. Discussão e aprovação do Regulamento Interno do Conselho Nacional de Saúde.
4. Discussão das prioridades de intervenção do Conselho Nacional de Saúde.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes elementos:

Prof. Doutor Jorge Simões - Presidente do CNS

Dra. Maria da Piedade Líbano Monteiro - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger - APSA

Dr. José Manuel Boavida - Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal - APDP

Dra. Joaquina Castelão - Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas com Experiência de Doença Mental - FamiliarMente

Dra. Sofia Crisóstomo - Grupo de Activistas em Tratamentos - GAT

Dr. Vítor Veloso - Liga Portuguesa Contra o Cancro

Carlos Braga - Movimento de Utentes de Serviços Públicos - MUSP

Prof. Doutor Miguel Viveiros Bettencourt - Ordem dos Biólogos

Prof. Doutora Ana Paula Martins - Ordem dos Farmacêuticos

Dr. Carlos Cortes (Suplente) - Ordem dos Médicos

Doutor Orlando Monteiro da Silva - Ordem dos Médicos Dentistas

Prof. Doutora Alexandra Bento - Ordem dos Nutricionistas

Prof. Doutor Telmo Mourinho Baptista - Ordem dos Psicólogos

Dr. Alfredo Monteiro - Associação Nacional de Municípios Portugueses

Dr. Pedro Cegonho - Associação Nacional de Freguesias

Prof. Doutor Pedro Pita Barros - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Prof. Doutor Alexandre Castro Caldas - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Prof. Doutora Conceição Bento - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

Prof. Doutor Carlos Maia - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

Dr. Rui San-Bento - Região Autónoma dos Açores

Dr. Mário Rodrigues - Região Autónoma da Madeira

Enfermeiro José Carlos Martins - Comissão Permanente de Concertação Social

Dra. Dina Carvalho - Comissão Permanente de Concertação Social

Dr. João Almeida Lopes - Comissão Permanente de Concertação Social

Dr. Paulo Duarte - Comissão Permanente de Concertação Social

Dr. Gonçalo Rebelo de Almeida - Comissão Permanente de Concertação Social

Prof. Doutor Jorge Soares - Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida

Estiveram ainda, como peritos, a Dra. Ana Pedrosa, a Prof. Doutora Inês Fronteira, a Dra. Isa Alves, a Doutora Joana Alves e o Dr. Gonçalo Augusto.

A Enfª Maria José Costa Dias assistiu à reunião, em representação da Prof. Doutora Ana Maria Leitão Pinto Fonseca, da Ordem dos Enfermeiros.

O Presidente do CNS deu início à reunião, dando as boas-vindas e deu de seguida posse aos membros do CNS, que fizeram uma breve apresentação.

Passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o Presidente informou da presença do Sr. Ministro da Saúde na reunião, no final da manhã. Teceu, em seguida, algumas considerações sobre a criação do CNS, há tanto tempo previsto na lei e nas expectativas geradas. Referiu a publicação do Regime Jurídico do CNS, aprovado pelo Decreto-Lei nº 49/2016, de 23 de agosto; a nomeação do presidente e vice-presidente, informando que se aguardava a clarificação e a decisão da situação da Prof.^a Doutora Maria do Céu Machado, por ter entretanto sido nomeada Presidente do Conselho Directivo do INFARMED e, por fim, mencionou a Resolução da Assembleia da República nº 80/2017, de 16 de maio que aprovou a eleição dos representantes dos utentes, completando a composição do CNS. Informou ainda que o CNS deteria instalações próprias no edifício “Lemos”, adjacente ao edifício principal do INSA, cujas obras estão praticamente concluídas e onde se poderão realizar reuniões parcelares. Frisou a necessidade do CNS ser apoiado por peritos, cuja forma de remuneração estava a ser estudada com o Sr. Ministro da Saúde, apresentando-os de seguida. Terminou este ponto da ordem de trabalhos salientando a dificuldade da tarefa do CNS e a obrigação dos seus membros, de proveniências, saberes e sensibilidades diferentes, de analisar questões relevantes para todos e de procurar consensos.

Dando seguimento à ordem de trabalhos, o Presidente do CNS esclareceu que a base do Regulamento Interno (RI) fora o Decreto-Lei nº 49/2016, ao qual foram acrescentados alguns pontos de cariz operacional e declarou aberta a discussão.

O Dr. Carlos Cortes propôs alterações referentes ao mandato dos membros, no procedimento definido e no seu termo, à substituição do presidente e às formas de comunicação oficial.

A Dra. Sofia Crisóstomo referiu a possibilidade das reuniões ordinárias serem públicas (com decisão de $\frac{3}{4}$), ou pelo menos uma das reuniões, se não houvesse acordo.

O Dr. José Manuel Boavida questionou se as deliberações só seriam aprovadas após aprovação das atas, o Enf^o José Carlos Martins perguntou se iriam aproveitar a minuta das atas das reuniões e o Dr. Alfredo Monteiro mencionou que as atas são a eficácia da deliberação.

O Prof. Doutor Jorge Soares alertou que ao reduzir a discussão a questões jurídicas, se esquecia a nobreza da função, lembrando que as estruturas não funcionam bem só porque existe um RI bem feito.

Dr. Pedro Cegonho defendeu um RI simples, sem repetir nem ir para além da Lei. Foi da opinião de que tornar públicas as reuniões ordinárias desvirtuaria o funcionamento do CNS e a independência dos seus membros e que a questão dos mandatos prendia-se com uma interpretação da Lei, não tendo cabimento num regulamento interno, embora fosse suscetível de um parecer. Propôs a votação na generalidade, sugerindo que a Dra. Ana Pedroso recolhesse as alterações propostas e fizesse um documento comparativo das alterações, a votar na próxima reunião ou por via electrónica

O Dr. Alfredo Monteiro concordou com o Dr. Pedro Cegonho. Relativamente a tornar as reuniões públicas realçou que o CNS tem um âmbito próprio, referindo até que o presidente do CNS poderia encerrar as sessões quando entendesse.

Por sua vez, o Prof. Doutor Jorge Soares salientou ainda que o poder do presidente é diferente do dos membros designados e que, numa situação de conflito, o presidente poderia usar esse poder.

O Dr. Orlando Monteiro da Silva lembrou que o âmbito do CNS não se circunscrevia ao SNS, mas ao sistema de saúde e concordou com a dinâmica sugerida.

A Dra. Joaquina Castelão alvitrou que o CNS pudesse prestar apoio jurídico relativamente ao enquadramento dos eventuais contributos, explicando que a Associação FamiliarMente não dispunha desse recurso.

O Prof. Doutor Jorge Simões sintetizou que, de forma geral, era de ter em conta as considerações tecidas, que os contributos poderiam ser enviados e circularem. A perita, Dra. Ana Pedroso, ficou de introduzir as alterações necessárias, de acordo com as propostas enviadas pelos conselheiros.

O Presidente pôs à consideração dos membros de que, quinze dias antes da próxima reunião, o RI fosse alterado e posto a circular, a fim de ser aprovado na próxima reunião, que teria lugar no mês de Outubro.

Dando por encerrada a discussão do ponto 3. da Ordem de Trabalhos, O Presidente colocou à votação a aprovação do RI, em termos gerais, tendo sido aprovado por unanimidade, nas condições apresentadas.

Abordando, por fim, o último ponto da ordem de trabalhos, o Presidente do CNS, ao referir a obrigatoriedade legal de realizar um relatório sobre a situação da saúde em Portugal, propôs fazer uma meta análise da Saúde em Portugal - com base nos documentos existentes sobre essa matéria - e observar, analisar o processo e os resultados, identificar os aspectos mais complexos, as missões bem ou mal sucedidas, para acrescentar e formular recomendações. Em relação a um segundo tema, sobre o financiamento da Saúde, explicou que a intenção seria tornar mais transparentes os fluxos financeiros, identificar as prioridades do orçamento, com aplicação ao longo do ano e/ou da legislatura, apurar como são aplicadas entre hospitais, cuidados de saúde, promoção da saúde, transferência de competências das autarquias. De forma geral, todos os presentes manifestaram a sua concordância com os temas propostos, tecendo algumas considerações:

O Dr. Orlando Monteiro da Silva fez duas pequenas observações: a preocupação da Ordem Profissional na sustentabilidade do SNS e a pertinência de um estudo que fosse mais além dos diagnósticos já feitos.

A Dra. Sofia Crisóstomo chamou a atenção para a actividade do próprio CNS, de desenvolver um plano dinâmico, mencionado no próprio diploma legal.

Por volta do meio-dia entrou o Sr. Ministro da Saúde, que manifestou o apreço e consideração pelos presentes, referiu o papel estruturante do CNS; comparando o CNS a uma provedoria do cidadão, apelou que fossem capazes de cumprir, analisar, vigiar, construir, criticar, propor de forma positiva e criar áreas de conhecimento novo. Garantiu total abertura e apoio às iniciativas do CNS e total liberdade institucional, referindo que o SNS precisa de mais financiamento, como organizar os recursos, responder melhor, na responsabilidade de todos para o crescimento virtuoso da sociedade, sendo o CNS uma peça determinante, referindo, antes de se retirar, que se encontrar à disposição do CNS.

Retomados os trabalhos, após a saída do Sr. Ministro da Saúde, a Prof. Doutora Ana Paula Martins referiu que o plano de actividades (PA) do CNS poderia ter algum interface com a sociedade, promovendo alguns debates públicos, e sugeriu a adaptação do Plano de Atividades às actividades profissionais dos membros, além dos temas propostos. Sugeriu ainda que, na próxima semana ou quinzena, se fizessem chegar propostas para o plano de actividades, que fossem realizáveis. Pôs ainda os recursos da Ordem dos Farmacêuticos ao serviço do CNS.

O Dr. José Manuel Boavida mencionou a importância de saber onde o dinheiro é utilizado, de denunciar a vulnerabilidade da saúde, de clarificar os recursos financeiros para o sector público, mas também do sector privado de que pouco se sabia e ainda do sector social, até então tido como irrelevante, mesmo na diferenciação entre misericórdias e IPSS. Considerou ainda que o Ministério da Saúde não tem sido suficientemente interventivo e que é necessário saber quem regula e como regula.

A Dra. Sofia Crisóstomo achou que fazia sentido aprovar o Plano de Atividades, pedindo-lhe o Presidente que fizesse chegar propostas. Realçou a necessidade de que se identificasse a evidência adicional do primeiro relatório, questionando se o Ministério da Saúde não tinha já essa informação sobre o financiamento do SNS e se não se deveria solicitar o seu acesso. O Presidente elucidou de que apesar de os órgãos oficiais serem obrigados a dar essa informação, existem situações pouco claras, e que o CNS poderia tornar essa questão mais transparente.

O Dr. Vítor Veloso manifestou o desejo de que o estudo apresentado não fosse mais um, considerando que o CNS poderia ter um papel preponderante, salientou ainda que havia áreas novas a introduzir, relevantes para a sociedade e que têm sido minimizadas, sendo importante conhecer a realidade e os seus aspectos colaterais.

O Prof. Doutor Pita Barros realçou o cuidado a ter em não duplicar, sugerindo que se fizesse sentido, se alargasse o seu âmbito, analisando as consequências das diversas comissões criadas pelos Governos e perceber o que se tem feito. Relativamente ao financiamento, entendeu desejável uma parceria com o INE, evitando duplicações, assim como a capacidade de ter ligações a outras entidades.

O Presidente respondeu que a relevância do CNS ir-se-ia traduzir em estudar o que não estava estudado e na capacidade de produzir, inovando. Propôs, como metodologia, a formação de dois grupos técnicos especializados, de seis pessoas, para discussão dos temas: a fim de apurar evidências, relativamente ao Estudo da Saúde em Portugal; tornar transparente o que é opaco, relativamente aos fluxos financeiros.

O Dr. Paulo Duarte achou que definir objectivos concretos e tangíveis, não voláteis e complexos, era um excelente ponto de partida. Destacou ainda que, mais importante do que o fluxo financeiro, era o que chegava realmente às pessoas. Questionou ainda o posicionamento do CNS, relativamente ao Governo, às Grandes Opções do Plano ou ao Plano Nacional de Saúde. O Presidente respondeu que o CNS deverá criar o seu próprio espaço.

A Dra. Sofia Crisóstomo questionou, a propósito, se no Relatório para a Saúde iriam confrontar o Programa do Governo, políticas de saúde, Plano Nacional de Saúde

O Dr. Rui San-Bento manifestou o desejo de poder trazer alguma virtualidade, com a experiência da Região Autónoma dos Açores, salientando a necessidade de se fazer uma leitura do que é um processo de autonomia e uma declaração de princípios.

A Dra. Joaquina Castelão realçou a importância dos estudos apontados, para aferir as necessidades. Lembrou que as Associações não prestam serviços, apenas representam as famílias dos utentes e chamou a atenção de que os dados estatísticos respeitam apenas ao SNS, por isso a incidência na população não é real, nem reflecte o sector social convencionado.

O Dr. João Almeida Lemos realçou que a transparência do financiamento não pode ser ignorada. Reforçou a ideia da crescente preponderância do sector privado, da falta de capacidade de investir do sistema público e concluiu que como a Saúde é financiada não consegue cumprir com as metas delineadas, sendo necessário ponderar o dimensionamento do financiamento da Saúde e referiu que a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) tinha feito algum trabalho, que iria enviar ao CNS.

O Prof. Castro Caldas interveio, revelando que a sua posição era na vertente do ensino, da gestão do conhecimento; saber como se faz a formação, identificando os tempos gastos; a educação contínua como era levada a cabo e o desperdício intelectual das pessoas por falta de informação.

O Enf^o José Carlos Martins referiu que ainda há muita falta de conhecimento da gestão do dinheiro e do orçamento do Estado na Saúde. Relativamente às actividades do CNS, sugeriu pensar primeiro o que seria necessário, alvitrou elencar tudo o que se poderia fazer no âmbito das competências e depois definir a atividade. O Presidente lembrou a conveniência de o CNS ter algum espaço de manobra, para poder fazer face a algum pedido do Governo.

A Dra. Piedade Líbano Monteiro, no âmbito da deficiência mental, explanou a importância da prevenção, da intervenção precoce, da sensibilização e da divulgação; a premência de uma reorganização do sistema, com mais recursos financeiros e humanos; chamou a atenção para a falta de acompanhamento e de apoio às famílias e constatou a falta de equidade do nosso sistema de saúde.

O Dr. Alfredo Monteiro considerou que, com descentralização de competências das autarquias, a actuação das autarquias locais juntamente com a do Governo, poderia proporcionar na gestão de recursos financeiros um serviço melhor da rede de cuidados primários, da promoção da saúde, da construção de novas unidades de saúde. Manifestou por fim a disponibilidade dos municípios para colaborar.

A Prof^a. Doutora Conceição Bento referiu que o Plano de Atividades requer recursos e tempo, por isso teria que ser adequado, achando assim a primeira proposta de relatório extremamente importante, por permitir apurar e perceber os resultados, concluindo que os relatórios e o Plano de Atividades deste ano permitirão, em 2018, perspectivar resultados mais norteados.

Em face da concordância com os temas propostos, o Presidente apresentou uma sugestão para a formação dos grupos de estudo:

1ºG - Relatório sobre a situação da saúde em Portugal	2ºG - Estudo sobre os Fluxos financeiros para o SNS
Peritos: Prof ^a . Doutora Inês Fronteira e Dr. Gonçalo Augusto	Peritos: Dra. Ana Pedroso e Doutora Joana Alves
Dr. José Manuel Boavida	Dr. Miguel Guimarães
Doutor Orlando Monteiro da Silva	Dra. Sofia Crisóstomo
Prof. Doutora Conceição Bento	Prof. Doutor Pedro Pita Barros
Prof. Doutor Alexandre Castro Caldas	Enf ^o José Carlos Martins
Prof. Doutor Jorge Soares	Dra. Dina Carvalho
Dr. Alfredo Monteiro	Dr. João Almeida Lopes

O Prof. Pita Barros solicitou escusa, por impossibilidade de tempo, tendo o Dr. Alfredo Monteiro sugerido a sua substituição pelo Dr. Pedro Cegonho.

Postos a votação os estudos propostos e a formação dos grupos, as propostas foram aprovadas por unanimidade, tendo o Presidente assumido a convocação, apenas para a primeira reunião, dos grupos constituídos, esclarecendo de que as sugestões e contributos recebidos seriam enviados a todos os membros.

Relembrou que a próxima reunião do CNS seria no mês de Outubro, a marcar oportunamente.

Nada mais havendo a tratar, foi a presente reunião encerrada, pelas 13h00, dela se lavrando a presente ata.